

# PROJETO MEMÓRIA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: A EXPERIÊNCIA DE RESGATAR UM SÉCULO DE MEMÓRIA

*Adilza Bandeira da Silva\**  
*Humberto João Carneiro Filho (Orientador)\*\**

## **Resumo:**

O Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife é um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Pernambuco. Suas atividades tiveram início em 2016, motivadas pela necessidade de salvaguardar e, ao mesmo tempo, difundir e facilitar o acesso ao material histórico pertencente à biblioteca e ao arquivo da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Sendo uma das mais antigas instituições de ensino superior no país, a FDR abriga uma gama documental de importância considerável para a reconstituição da história local e nacional. Além de facilitar o acesso à documentação, o projeto tem realizado ações educacionais direcionadas tanto à comunidade acadêmica, como ao público externo. A intenção é de sensibilizar para a importância do acervo, bem como promover a conscientização da necessidade de preservar o material histórico e intelectual de que dispõem a biblioteca e o arquivo, concebidos no decorrer dos 191 anos de existência do curso jurídico. Como resultado, o projeto possui na plataforma digital uma bibliografia diversificada composta por livros e folhetos, teses e dissertações, decretos e regimentos internos, relatórios anuais. A publicação deste trabalho tem como finalidade relatar a experiência desses primeiros anos de existência do projeto, bem como inspirar obras semelhantes em outras instituições, na intenção de contribuir para a promoção de uma cultura de preservação da memória cultural e jurídica do país.

**Palavras-chave:** Faculdade de Direito do Recife. Memória histórica. Memória social. Preservação. Cultura material.

## **1 PRESERVAÇÃO CULTURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Embora existam no Brasil estímulos normativos de proteção e incentivo à preservação do patrimônio cultural, não é incomum encontrar instituições (sobretudo públicas) que negligenciam o tratamento que deveria ser direcionado ao material histórico por si custodiado. Isso pode

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Aluna extensionista do Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.

\*\* Doutor em Direito. Professor do Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado da Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.

acontecer por variados motivos, como, por exemplo: escassez de políticas públicas mais específicas que promovam uma cultura de preservação, falta de aporte de recursos financeiros para ações de preservação, ausência de conhecimento/treinamento específico aos funcionários e usuários que lidam com tal material, insuficiência de pessoas qualificadas para a atividade e até a não-responsabilização direta, nos termos da lei, dos curadores que abandonam o patrimônio cultural. Em contraponto, não são poucas as leis que definem medidas de incentivo à preservação e difusão cultural, como a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que determina benefícios fiscais a serem destinados a operações culturais; a Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura; a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 que institui a Política Nacional do Livro e, ainda, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito fundamental de acesso à informação.

Ao lado dos textos legais que definem medidas indutoras da preservação e difusão cultural, há de se realizar destaque ao potencial do ambiente educacional universitário para a formação de cidadãos atentos a tais medidas. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vários incisos de seu art. 43, deixa claro que a divulgação de conhecimentos culturais e a partilha do desejo de seu aperfeiçoamento inserem-se dentre as finalidades da educação superior, a qual também deve “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (art. 43, VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão representa um dos três pilares da universidade no Brasil, como preconiza o caput do art. 207 da Constituição da República. Na Universidade Federal de Pernambuco, em especial, a Resolução nº 9/2007, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao definir e normatizar as ações extensionistas na instituição, define os projetos como “os conjuntos de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, desportivo, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado”<sup>1</sup>. Tal definição compatibiliza-se com as recentemente aprovadas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação Superior, através da Resolução nº 07/2018, a qual valoriza a extensão como experiência fundamental na formação dos estudantes de graduação, a envolvê-los com a comunidade externa, em um diálogo construtivo que expresse o compromisso das instituições de ensino superior com diversas áreas, destacando-se, dentre elas, também a cultura (art. 6º, II e III da Res. CNE/CES n.

---

<sup>1</sup> Cf. Art. 4º da Resolução 9/2007 da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/resolucao%2009-2007-ccepe.pdf>. Acesso em: 16. abr. 2017.

07/2018)2.

Considerando que a execução de ações de extensão universitária podem ser inseridas como componentes de um “sistema memorial”, definido por Marcos Galindo como “programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial, bem como a informação de interesse histórico custodiada por instituições de missão memorial”<sup>3</sup>, e tendo em conta, igualmente, que a Faculdade de Direito do Recife, uma das mais antigas instituições de ensino superior no país, custodia um acervo de importância considerável à história local e nacional, sentiu-se a necessidade e a oportunidade de ser criado, no âmbito da própria Faculdade de Direito do Recife (e, por conseguinte, da Universidade Federal de Pernambuco), uma atividade especialmente voltada à salvaguarda da memória desta: o Projeto Memória Acadêmica.

Criado em 2016, como projeto de extensão universitária da Universidade Federal de Pernambuco, o Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife tem como mote principal de sua execução a necessidade de contribuir para manter a salvo e, ao mesmo tempo, de difundir e facilitar o acesso ao material histórico disponível no acervo da Biblioteca e no Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Considerando a dificuldade de acesso ao acervo, grande parte em estado frágil devido ao desgaste do tempo, o propósito principal do projeto é o de aproximar a sociedade desse material e, por conseguinte, da própria memória da instituição. O trabalho desenvolvido consiste em ações de digitalização e disponibilização de parte deste acervo em plataforma digital, a tornar o acesso mais prático e menos dificultoso aos pesquisadores interessados, evitando-se, além disso, a manipulação das obras já fragilizadas, muitas das quais são singulares, constituindo-se exemplares únicos.

Paralelamente às atividades de facilitação de acesso ao mencionado acervo, o projeto também busca realizar ações educacionais na temática do patrimônio histórico-cultural direcionadas tanto à comunidade acadêmica, como àquela externa à UFPE. Visa-se, com isto, sensibilizar a todos para a importância da preservação do patrimônio histórico em geral e da Faculdade de Direito em particular, com especial atenção para a conscientização a respeito de preservar o material histórico e intelectual de que dispõem a sua biblioteca e arquivo, no decorrer dos 191 anos de existência do curso jurídico, além do próprio edifício no qual funciona a Faculdade

---

<sup>2</sup> A propósito, vide: CARNEIRO FILHO, Humberto João et al. Acesso à cultura e preservação de lugares de memória na Faculdade de Direito do Recife. **Expressa Extensão**. [s. l.], v. 24, n. 1, p. 6-24, 21 dez. 2018. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/ee.v24i1.14293>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/14293>>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>3</sup> GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009. p. 252.

desde 1912.

## **2 O ACERVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE EM ATENÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA ACADÊMICA**

A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife é uma das mais antigas do país. Sua coleção conta com títulos datados do século XVI até periódicos de circulação ativa. Por meio do Decreto Imperial de 7 de dezembro de 1830, foi determinada a constituição de uma biblioteca pública em Olinda, a qual foi posteriormente depositária da Biblioteca do Curso Jurídico. Por ter sido abastecida com o acervo da primeira biblioteca pública de Pernambuco, a coleção não se limita ao acervo jurídico, sendo possível encontrar obras literárias, filosóficas, manuscritos, jornais de circulação local e nacional, até mesmo publicações estrangeiras.

Com a transferência da sede do curso jurídico de Olinda para a cidade do Recife em 1854, a biblioteca acompanhou a Faculdade. Sua coleção foi acrescida das primeiras produções acadêmicas dos professores (como os compêndios, traduções de obras estrangeiras), além de periódicos, e textos de dissertações e teses de concursos e de doutorado. O acervo é ainda enriquecido com doações diversas, como, dentre outras, a Coleção Alemã que pertenceu a Tobias Barreto, parte da Biblioteca da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, e a Coleção do Visconde de Santo Albino.

Como supracitado, pode-se encontrar na biblioteca da FDR obras desde o século XVI, mas o tempo não é o único fator que determina a classificação da coleção como rara. Muitos destes exemplares não têm nenhum outro volume conhecido nos muitos arquivos e bibliotecas nacionais, o que torna o acervo ainda mais singular, por se tratar de exemplares únicos. Por este motivo e também pelo seu tempo de efetividade é que a Biblioteca da FDR reúne uma série de raridades no acervo que dispõe.

O Arquivo da FDR, por sua vez, está em efetividade desde o início do curso jurídico de Olinda, em 1828. Foi criado inicialmente para guardar os documentos produzidos internamente, mas conta hoje com um acervo diversificado. Entre os documentos de ordem administrativa podem ser citados os ofícios, regimentos internos do curso, atas de reunião de órgãos colegiados (Congregação, conselhos, dentre outros), correspondências trocadas entre os diretores da Faculdade e autoridades nacionais e relatórios. Tal massa documental auxilia na compreensão sobre o funcionamento da instituição e as alterações ocorridas ao longo dos mais de 190 anos do curso. Além desses documentos, os dossiês dos alunos, provas de vestibulares, certidões de nascimento e de batismo, histórico escolar, fotos, negativos em vidro, também integram o acervo do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife e contribuem para reconstituir a história daqueles

que por ela passaram.

O Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife propôs-se, desde 2016, a digitalizar e disponibilizar parcela deste acervo, e, com isto, a contribuir para o atendimento da demanda de vários pesquisadores externos à UFPE interessados no material. A disponibilização em plataforma digital, assim, aproxima e facilita a utilização da informação, que perderia o sentido de guarda se estivesse apenas armazenada sem um propósito funcional.

Portanto, ao disponibilizar esse material, o projeto não só facilita o acesso como ajuda a preservar a obra original, protelando seu desgaste por ação do manuseio, além de promover a conscientização a respeito da importância histórica do acervo, contribuindo para uma cultura de preservação da memória social, através das atividades direcionadas à educação patrimonial e da facilidade de acesso.

Enquanto a documentação do arquivo e a coleção da biblioteca constituem o acervo intelectual da FDR, o palácio onde está situada a Faculdade constitui por si só um elemento do patrimônio cultural. O edifício, inaugurado em 1912, foi reconhecido em 1980 pelo IPHAN como patrimônio cultural de alto valor histórico e artístico. Não bastasse a representação histórica que o prédio carrega consigo, ele é também um elemento de beleza arquitetônica de caráter significativo para a ornamentação da cidade. Com isso, o edifício foi registrado pelo IPHAN no livro Histórico, destinado aos bens culturais de valor histórico, e também no livro de Belas Artes, reservado à inscrição de bens culturais de valor artístico.

### **3 AÇÕES EXECUTADAS PELO PROJETO MEMÓRIA ACADÊMICA: 2016/2019**

#### **3.1 Digitalização de obras e documentos**

Na tentativa de amenizar a dificuldade que usualmente precisam enfrentar os pesquisadores interessados em acervos históricos, os entraves e custos derivados da necessidade de deslocamento aos centros de pesquisa e estudo, e mesmo o risco de determinada obra não estar disponível para consulta devido às condições adversas à sua conservação, disponibilizar digitalmente o acervo não só facilita a pesquisa como garante maior vida útil à obra, por redução de seu manuseio físico, a prolongar-lhe seu estado de conservação. Nesse sentido, as obras e documentos objeto de atenção pelo Projeto Memória Acadêmica – todas relativas à vida acadêmica e administrativa do mais antigo curso jurídico do país no século XIX –, após os procedimentos técnicos de seleção, higienização, digitalização e tratamento de imagens, realizado pelos estudantes extensionistas sob a supervisão e orientação de servidores técnico-administrativos da própria Universidade Federal de Pernambuco,

são disponibilizadas no endereço eletrônico “www.ufpe.br/memoriafdr/”.

Como resultado do trabalho desenvolvido, o projeto já possui em sua plataforma digital uma bibliografia e documentação bem diversificadas. O acervo é atualmente composto por 51 livros e 12 folhetos subdivididos em quinze categorias da área jurídica, teses e dissertações apresentadas à Faculdade por ocasião de concursos ou para obter o grau de doutor, decretos, regimentos internos e alguns relatórios anuais.

Estão igualmente disponíveis os documentos de correspondências trocadas entre o setor administrativo da FDR e o Ministro do Império, além de correspondências redigidas pelos professores e por outros funcionários à Direção da Faculdade, consistindo em importantes fontes para a compreensão do funcionamento da instituição em várias épocas, possibilitando, ainda, compreender o tratamento das mais variadas problemáticas vividas no cotidiano da Faculdade<sup>4</sup>.

### 3.2 Educação patrimonial, acesso à cultura e memória

Um dos resultados mais estimulantes oriundo dos esforços indicados acima é o fato de que já se pode perceber a aproximação da comunidade acadêmica com a memória histórica, não apenas jurídica, mas também social, “presentada” na Faculdade de Direito do Recife, entendida como um complexo e rico *loin de memoire*<sup>5</sup>, que traz ao coração (*re-cordare*) não apenas a importância que os acadêmicos do passado tiveram no cenário local e nacional, com suas ideias, debates, lições, como também a dinâmica escolástica superior em uma importante cidade do Nordeste brasileiro.

Pensar a memória enquanto instrumento de construção da história é um exercício quase indissociável. Essa construção envolve estabelecer elementos de rememoração, onde seja possível revisitar a história por meio do contato com um lugar, um objeto, algo que remonte aos acontecimentos do passado.

Definir quais monumentos serão destinados a constituir a memória, contudo, aparentemente é mais fácil que mantê-los. Concluído o processo de identificação e definição do

---

<sup>4</sup> Ainda em fase de preparação estão as atas da Congregação da Faculdade de Direito do Recife. Tal documentação registra as deliberações do “conselho dos professores”, e ajudam, com vigor, a reconstituição da história da Faculdade. Trata-se de uma etapa de execução do Projeto realizada com a inestimável parceria da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), que se propôs a contribuir no processo de digitalização desses documentos.

<sup>5</sup> Faz-se aqui a alusão à categoria “lugar de memória” consagrada no trabalho de Pierre Nora, para quem este é um espaço permeado de uma aura simbólica apto a fornecer uma chamada à lembrança, constituído por um evidente jogo interativo entre a história e a memória (cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993).

monumento/objeto memorial, é preciso então desenvolver ações para sua preservação. Para tanto, a discussão a respeito de bens memoráveis remonta ao século XVI, quando os museus foram utilizados por especialistas interessados em organizar bens colecionáveis utilizando os museus como espaço para estudos e observação, definindo-os como local de aprendizagem e local público – apesar de o acesso ser restrito aos estudiosos.

Nos séculos XVIII e XIX, pós-Revolução Francesa, o patrimônio era utilizado como uma forma de educação para as nacionalidades e as práticas de preservação patrimonial estavam relacionadas ao fortalecimento da noção de pertencimento nacional. Segundo Polo e Lima “o chamado patrimônio nacional seria capaz de conferir objetividade à nação através de sua materialização em objetos, prédios, monumentos, etc.”<sup>6</sup> Entre os séculos XIX e XX, as preocupações com a educação voltada ao patrimônio se expandiram, e as primeiras ações pedagógicas partiram novamente dos museus.

Observando o tempo de efetividade das políticas voltadas à conservação dos bens culturais edificados, pode-se perceber que a atuação é relativamente nova. Enquanto o chamamento a preservação de monumentos edificados e sítios urbanos pode ter uma aceitação maior entre a população, a sensibilização a respeito de bens de valor intelectual é sobremaneira mais delicada. Por isso, o projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife promove ações direcionadas à comunidade interna e externa à UFPE, na intenção de sensibilizar a população para a importância intelectual e histórica presentes na Biblioteca, no Arquivo e no próprio edifício histórico da instituição.

Como já fartamente dito, preocupação constante do projeto é de que o trabalho produzido chegue aos destinatários: a comunidade estudantil e externa. Como forma de expandir o conhecimento sobre as ações de conservação de acervos empreendidas pelo projeto, foram também realizadas atividades para despertar interesse do público em conhecer a história da FDR.

Em 2016 foi organizada a exposição intitulada “Ensino Compendiário no Curso Jurídico Pernambucano Oitocentista”, que possibilitou ao público em geral familiarizar-se com a forma de produção jurídica acadêmica estimulada pelos primeiros estatutos aplicáveis ao curso jurídico, os Estatutos do Visconde de Cachoeira, na senda do que dispunham os Estatutos de Coimbra reformados pela reforma pombalina do ensino português no século XVIII<sup>7</sup>. Na exposição foram

---

<sup>6</sup> POLO, Mário Júlio Alves; LIMA, Leilane Patrícia de. Caminhos entrecruzados: educação patrimonial, museus e patrimônio cultural. In: LIMA, Maria de Souza (Org.). **Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica**. Londrina: UEL, 2013. p. 117.

<sup>7</sup> A Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, determinava em seu art. 7º que, na falta de compêndios que atendessem às necessidades da cadeira, os docentes deveriam produzi-los.

apresentadas obras produzidas por personalidades de destaque do direito brasileiro, como o *Compêndio de Direito Público Eclesiástico*, de Jerônimo Vilella, o *Compêndio de Teoria e Prática do Processo Civil Comparado com o Comercial e Hermenêutica Jurídica*, de Paula Baptista, o *Compêndio de História Geral do Direito*, de Martins Junior, dentre outros trabalhos representativos da incipiente formação da cultura jurídica nacional.

No início de 2017 foi organizado o minicurso “A Memória da Faculdade de Direito do Recife: Histórias, Ensino e Personagens”. Com duração total de 8h, as atividades foram ministradas ao longo de dois dias, apresentou palestras sobre a história da FDR desde sua formação, as mudanças de sede até que se construísse o palácio onde está instalada atualmente, as dificuldades enfrentadas por professores e alunos ao longo de suas permanências na instituição, o modelo de ensino, algumas das personalidades de destaque que passaram pela Faculdade, a importância da Escola do Recife no cenário brasileiro. Foram ainda oferecidas considerações sobre a estrutura arquitetônica do atual palácio da Faculdade, além de apresentação musical no intervalo e uma visita guiada para conhecer os espaços internos e externos do edifício da Faculdade. O minicurso não se limitou à comunidade acadêmica e estendeu-se à população no geral. A intenção era de aproximar as pessoas da memória histórica que a Faculdade de Direito do Recife representa.

Ainda no ano de 2017, por ocasião das comemorações dos 190 anos de criação dos cursos jurídicos, o projeto ofertou o minicurso intitulado “A UFPE nasceu aqui: 190 anos da Faculdade de Direito do Recife” em três edições, nos meses de julho, setembro e outubro. O minicurso ofereceu as palestras sobre aspectos relativos à criação e trajetória do curso jurídico ao longo de sua existência, assim como visita guiada a vários espaços do seu edifício histórico.

No planejamento de ações de capacitação e aprimoramento do conhecimento dos extensionistas estão incluídas promoção de visitas a espaços de preservação histórica, como bibliotecas, arquivos e museus, a fim de que aqueles tenham a oportunidade de conhecer outras experiências de conservação do patrimônio público e interajam com profissionais da área, com ganhos para o seu percurso formativo. Além disso, com o mesmo propósito, realizou-se em 2018, em parceria com a biblioteca setorial da Faculdade, em especial o Laboratório de Conservação e Restauro, a oficina “Noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos”, por meio do qual os extensionistas foram instruídos respeito da conservação de bens culturais.

No início de junho de 2018, por ocasião da 2ª Semana Nacional de Arquivos, o projeto promoveu uma série de atividades voltadas a temática de preservação, inserindo o arquivo da FDR em uma articulação nacional. Nesse contexto, foi realizada a exposição “A história da FDR em documentos”, que permaneceu aberta ao público por duas semanas. Foi ainda promovida uma

roda de diálogos, intitulada “Arquivos, Patrimônio e Memória”, que contou com a participação de representantes do Iphan, do Memorial de Justiça de Pernambuco e do Laboratório de Restauro da FDR. A proposta teve como finalidade conscientizar o público a respeito da importância do patrimônio material de um modo geral, possibilitando também uma troca de experiências. Por fim, foram realizadas duas visitas guiadas: uma à FDR e uma ao Arquivo e à Hemeroteca.

Em 2019, o projeto, em parceria com o Arquivo da Faculdade, promoveu pela segunda vez a “Semana Nacional de Arquivos na FDR”. A programação, que aconteceu de 3 a 8 de junho, apresentou a exposição “A evolução do curso jurídico na FDR”, destacando as mudanças curriculares desde a criação do curso até 1915. Houve também uma roda de conversa intitulada “A relação dos arquivos com a pesquisa histórica”, que contou com a participação de professores e historiadores das universidades Federal e Católica de Pernambuco. O evento abordou a experiência dos convidados ao pesquisar em arquivos e ressaltou a importância dos locais de guarda documental na construção da narrativa histórica.

Além das visitas ofertadas nas ocasiões já citadas, eventualmente o projeto recebe solicitação para realizar visitas guiadas ao Palácio da FDR. Os pedidos são geralmente feitos por grupos escolares interessados em conhecer o curso jurídico e a arquitetura do edifício.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com pouco mais de três anos de formação, o Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife tem atuado de modo essencial na preservação da memória social e na promoção de uma consciência coletiva sobre a importância de salvaguardar o material histórico presente na Faculdade de Direito do Recife. A ação extensionista coloca-se, assim, não só como executora, mas sobretudo propagadora da necessidade de preservação do acervo material, histórico e intelectual produzido no quase bicentenário curso jurídico pernambucano, responsável por formar tantos que atuaram e se destacaram em várias regiões do país nos mais diversos campos da vida social.

Todas as ações educativas promovidas pelo projeto são destinadas ao público e têm por finalidade aproximá-los da significação da Faculdade de Direito do Recife como patrimônio cultural e intelectual, em um esforço para despertar o sentimento de pertencimento, no intuito que a sociedade associe aqueles bens culturais como parte de sua memória, reconheça-os como locais, objetos e monumento de rememoração e que, através dessas ações, seja despertado o desejo de preservá-los para que sua história seja contada por – no mínimo – mais 190 anos.

A demanda de procura pelo material disponibilizado ratifica a importância da facilitação do acesso, democratizando a informação e auxiliando o enriquecimento da pesquisa no âmbito nacional. A aproximação da comunidade acadêmica e externa com a história da Faculdade de Direito do Recife é o indicativo de que o projeto tem cumprido com um dos de seus objetivos principais, que é o resgate da memória social. A experiência de trazer à tona o resgate desse período tão significativo na trajetória da educação superior no país tem mostrado que o esforço desenvolvido não consiste meramente em cumprir determinações das diretrizes universitárias, mas que o projeto está, na verdade, contribuindo para que a sociedade (re)descubra algo que lhe pertence e que sempre parece ser olvidado: sua história.

## ACADEMIC MEMORY PROJECT OF THE FACULTY OF LAW OF RECIFE: THE EXPERIENCE OF RESCUING ONE CENTURY OF MEMORY

### **Abstract:**

The Academic Memory Project of the Faculty of Law of Recife is an extension project binded to the Federal University of Pernambuco. Its activities began in 2016, motivated by the need to safeguard and, at the same time, to disseminate and facilitate access to the historical material belonging to the library and to the archives of the Faculty of Law of Recife (FDR). As one of the oldest institutions of higher education in Brazil, the Faculty of Law of Recife has a considerable range of documents for the reconstruction of local and national history. In addition to facilitating access to documentation, the project has carried out educational actions aimed at both the academic community and the external public. The intention is to raise awareness of the importance of the collection, as well as to raise grasp of the need to preserve the historical and intellectual material available in the library and archive, framed during the 191-year existence of the legal course. As a result, the project has on the digital platform a diverse bibliography composed of books, pamphlets, theses, dissertations, decrees and internal regulations, annual reports. The purpose of this publication is to report on the experience of the first years of the project's existence, as well as to inspire similar works in other institutions, with the intention of contributing to the promotion of a culture of preservation of the country's cultural and legal memory.

**Keywords:** Faculty of Law of Recife. Historical memory. Social memory. Preservation. Material culture.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Leticia. O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, História e Memória. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Débats**. Mis en ligne le 15 mars 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/3807>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3ª ed. Recife: Universitária da UFPE, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.386, de 28 de Abril de 1854**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1854, V. 1, pt I, p. 169, [20--]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1386-28-abril-1854-590269-publicacaooriginal-115435-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº10.753, de 30 de outubro de 2003**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

CARNEIRO FILHO, Humberto João et al. Acesso à cultura e preservação de lugares de memória na Faculdade de Direito do Recife. **Expressa Extensão**. [s. l.], v. 24, n. 1, p. 6-24, 21 dez. 2018. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/ee.v24i1.14293>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/14293>>. Acesso em: 10 maio 2019.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2009. p. 251-264.

HADLER, Maria Silvia Duarte; BERNARDES, Maria Helena. **Memória e escola: olhares sensíveis para um patrimônio cultural**. Horizontes, v. 35, n. 1, p. 59-70, jan. / abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.463>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLO, Mário Júlio Alves; LIMA, Leilane Patrícia de. Caminhos entrecruzados: educação patrimonial, museus e patrimônio cultural. In: LIMA, Maria de Souza (Org.). **Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica**. Londrina: UEL, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 9/2007**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/resolucao%2009-2007-ccepe.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

VEIGA, Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Direito do Recife**. v. 2. Recife: Universitária da UFPE, 1981.